

Movimentos Sociais no Triângulo da Morte: inferências sobre seus impactos na segurança pública da zona sul paulistana

Felipe de Souza Pinto¹

INTRODUÇÃO

A grande imprensa brasileira apelidou os distritos, Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luís de “Triângulo da Morte” em 1996 (SILVA, 2012, p.04). Esse destaque foi motivado por uma publicação da Organização das Nações Unidas (ONU) que trazia o Jardim Ângela registrando a maior taxa de homicídios por cem mil habitantes de todo o mundo (FILHO, 2006). Seguido dos outros dois, caso consideremos somente o território nacional (PINTO, 2018, p.34).

Tabela 1 - Homicídios na cidade de São Paulo 1996-2000

Ano	Cidade	Triângulo	Part. %
1996	5.465	538	9,84%
1997	5.398	544	10,08%
1998	5.874	596	10,15%
1999	6.638	702	10,58%
2000	6.091	720	11,82%
Total	29.466	3.100	11%

Fonte: Fundação Seade

Os números somente pioraram ao longo dos quatro anos seguintes, a participação dos três distritos no total dos óbitos por agressão no município subiu praticamente dois por cento de 1996 até 2000. Entretanto, a associação da atenção midiática e das discussões nacionais e internacionais, abriu uma janela de oportunidade (KINGDON, 2006, p.236) para os movimentos sociais locais

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (PPGCS - EFLCH/ UNIFESP). E-mail: felipedesouzapinto@gmail.com

versados sobre o assunto. E, nesse trabalho, o intuito é analisar os impactos das ações desses movimentos sociais sobre o governo estadual, responsável pelas políticas de segurança pública, que visavam tornar a situação local um problema em sua agenda (KINGDON, 2006, p.222).

Para atingir o objetivo o texto está dividido em quatro partes, além da introdução: a primeira será dedicada a explicação dos conceitos utilizados em nossa investigação; na segunda parte será explorado o contexto de formação da periferia e os óbitos por agressão como principal problema social no Capão Redondo, Jardim Ângela e no Jardim São Luís; a terceira versará sobre os movimentos sociais e as suas ações em favor da diminuição dos homicídios; e, por fim, a conclusão discutirá os impactos dessas últimas sobre o governo estadual na perspectiva de Abers, Silva e Tatagiba (2018, p.30), segundo a qual, os movimentos sociais *“são um tipo particular de ator/rede que participa do processo de produção de políticas públicas, elaborando, experimentando e disputando modelos alternativos de políticas”*.

APRESENTANDO OS CONCEITOS

Abers, Silva e Tatagiba (2018, p.105) definem os movimentos sociais como uma rede de atores que, coletivamente orientados para o conflito com outros atores políticos, lutam pela mudança ou manutenção de políticas públicas específicas. Os movimentos sociais se diferenciam dos outros atores dos subsistemas nos quais se inscrevem, sendo esses: as arenas compostas *“de um número limitado de atores e instituições, geralmente reunido em grupos mais ou menos coesos, que se especializam e direcionam seus esforços para algumas questões específicas em relação a uma política”* (Idem, 2018b, p.34 apud. CAPELLA & BRASIL, 2015, p. 58). Isso porque eles oferecem às pessoas comuns a possibilidade de se organizarem coletivamente para fazer as suas vozes serem ouvidas nas esferas de tomada de decisão. Ou seja, os movimentos sociais extrapolam os subsistemas, expondo e produzindo confrontos de maior amplitude que se relacionam com modos específicos de compreender e de organizar o mundo social (Ibidem, p.106). Sendo dessa forma que eles participam dos subsistemas políticos, propondo e experimentando modelos

alternativos de políticas em desafio aos estabelecidos (Ibidem, p.107), ou, mesmo, aos propostos por outros movimentos e atores, desde políticos profissionais até empresários, participantes de um mesmo subsistema. E, conforme observado anteriormente, atuam defendendo os modelos estabelecidos quando concordam com ele.

As políticas públicas são elaboradas, justamente, por meio dos debates e embates entre os atores das estruturas relacionais que compõem os subsistemas. A concepção de estrutura relacionais é apresentada por Abers, Silva e Tatagiba (2018, p.17) para destacar que os contextos políticos, longe de ser pano de fundo para as disputadas entre atores, são construídos por eles através de ações criativas e situadas (Ibidem, p.23) que os põem em relações de interdependência. *“São essas interações (presentes e passadas) que conformam aquilo que a literatura tradicionalmente tem denominado de contexto político”* (Ibidem, p.30). E, acrescentam os autores, *“a agência criativa, situada e relacional dos atores (re)produz estruturas relacionais que, ao mesmo tempo, agem sobre os atores”* (Ibidem, p.26).

Uma estrutura relacional é, assim, um produto histórico, em que certas práticas e ideias se cristalizam em normas e papéis sociais e em que recursos são distribuídos de maneira desigual. Essas cristalizações, comumente chamadas de instituições, também possuem agência sobre os atores. (Ibidem, p.29).

Os movimentos sociais modernos são uma desses produtos históricos, assim como os seus repertórios, isto é, o conjunto de ações utilizados para confrontarem ou apoiarem outros atores e instituições sociais (MCADAM, TARROW & TILLY, 2009, p.31), surgindo junto com os governos parlamentares da Europa do século XIX. E, se em um primeiro momento suas ações foram sendo reprimidas por esses novos governos, no fim do mesmo século elas foram regulamentadas pelos governos europeus. Se tornando, desse modo, meios legítimos de fazer política que, associadas aos movimentos sociais, se alastrou para a América do Norte e depois para os países do Terceiro Mundo (Ibidem, p.22).

Entretanto, os movimentos sociais não possuem apenas a dimensão pública, isto é, as suas ações não se dirigem somente a outros atores e

instituições. Existem as ações internas, voltadas para o interior do grupo que representam. Essas ações visam criar uma identidade comum que alia o presente e o passado. Criando um elo sincrônico e diacrônico entre os mesmos dos mesmos movimentos, no passado e no presente, para além de todos os interesses imediatos que os vinculam como uma comunidade (Ibidem, p.19-22); E, como ocorre com os outros atores que, incluindo obrigatoriamente o governo (Ibidem, p.12), participam de um subsistema, os movimentos sociais muitas vezes se afastam ou se aproximam quando seus poderes e suas identidades são contestados (Ibidem, p.28).

Olhando dessa maneira, “*os repertórios não são simplesmente uma propriedade dos atores do movimento; são uma expressão da interação histórica e atual entre eles e seus opositores*” (Ibidem, p.24). E nesse sentido, nós podemos compreender que, mesmo dentro dos movimentos sociais, tal como nos subsistemas e regimes políticos (ABERS, SILVA & TATAGIBA, 2018, 31), as ações políticas são conduzidas por agentes criativos que se relacionam criativamente e de maneira situada, considerando também a dimensão cultural (MCADAM, TARROW & TILLY, 2009, p.31), estruturados por antigas formas e estruturando novos modos de interagir com seus membros e outros movimentos sociais.

O que os atores envolvidos disputam no interior dos subsistemas são os problemas e as soluções nas agendas governamentais. Um problema, segundo Kingdon (2006, p.225), nada mais é do que um tema relevante para os agentes inseridos na estrutura relacional, isso se nós considerarmos os conceitos de Abers, Silva e Tatagiba (2018), que é alçado para dentro da agenda. Existem diferentes maneiras, relacionadas ou não relacionadas, desses temas tornarem-se problemas. A primeira delas é através dos próprios indicadores usados para retratar uma situação capaz de chamar a atenção da sociedade. A segunda se dá quando alguma catástrofe alerta a sociedade para algum tema existente ou não. Terceira, um tema pode estar relacionado às respostas, positivas ou negativas, dos programas já colocados em ação. Quarta, a renovação dos quadros políticos pode levar a alterações nos temas levantados como problemas. E a quinta, por fim, atores políticos que recebem uma maior atenção da mídia e da sociedade são capazes de fazer um tema virar um problema

central na agenda do governo (Ibidem, p.227). Porém, o que é uma agenda? A agenda, conforme pontua o autor, “*é a lista de temas ou problemas que são alvo em dado momento de séria atenção, tanto por parte das autoridades governamentais como de pessoas fora do governo, mas estreitamente associadas às autoridades*” (Ibidem, p.222).

Embora os temas possam se tornar problemas, as propostas de políticas públicas obedecem a critérios próprios, geralmente ligados a incentivos e seleções, independente de constituírem respostas a eles ou a eventos políticos. Há, todavia, momentos nos quais problemas, propostas de políticas públicas e eventos políticos se encontram (Ibidem, p.233), por exemplo: a sociedade encontra na eleição a possibilidade de escolher uma proposta alternativa de política, dada por um dos candidatos, capaz de resolver problemas que, muito ameaçadores, a administração atual não foi capaz de resolver. Ou seja, surge uma janela de oportunidade. E essa não é a única, como podemos observar no parágrafo anterior, existem janelas que se abrem para os agentes em diferentes momentos, mesmo dentro de uma mesma administração para propostas alternativas de políticas públicas.

As alternativas de políticas públicas são elaboradas, retomando tanto o primeiro quanto o segundo parágrafo dessa seção, pelos especialistas dos subsistemas. Sendo eles categorizados por Kingdon como visíveis, invisíveis e relativamente invisíveis: políticos profissionais e secretários, burocratas do interior da política administrativa, pesquisadores e cientistas, nessa respectiva ordem (Ibidem, p.231). E concorrem também, na produção de alternativas, os movimentos sociais, com suas visões de mundo e organizações sociais experimentadas em suas comunidades, nas quais podem participar, além de moradores de um bairro ou sujeitos que compartilham uma identidade, especialistas de diferentes áreas de conhecimento, advogados, economistas, profissionais da saúde e sociólogos são alguns exemplos, sempre dependendo dos objetivos gerais e específico desses atores coletivos das estruturas relacionais políticas.

PERIFERIA E HOMICÍDIOS NO “TRIÂNGULO DA MORTE”

O Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luís são três distritos da zona sul da capital paulista. Desde a [lei n.º 13.399 de 1 de agosto de 2002](#), os dois últimos formam a Subprefeitura M’boi Mirim e o primeiro é parte da Subprefeitura do Campo Limpo, junto com o distrito que empresta seu nome e Vila Andrade. Com uma área de 75,5 Km², os três distritos começaram a ser ocupados pelos novos trabalhadores industriais a partir do início da segunda metade do século XX, sendo ocupado até pelo menos meados de 2010 (NERY *et.al.*, 2019). Antes disso, os distritos formavam uma região rural cortada por antigas estradas que, entre fazendas, sítios, chácaras, áreas florestais, serviam para os agricultores escoarem suas produções e para os moradores do espaço urbano, tanto da cidade de São Paulo quanto de Santo Amaro, extinto e anexado à capital no ano de 1935, caçarem, passear e acampar. Entre 1950 e 2020 a sua população subiu de 16.059 para um total de 928.303, apresentando uma densidade demográfica que foi de 212,66 hab./Km² para 12.295,50 hab./Km². O que representa um crescimento geométrico de 22% ao ano, com destaque para a década de 1960, cujo crescimento registrado, em 1970, foi de 294%. E a região, embora ainda continue a crescer, o faz em ritmos cada vez menores até os dias de hoje².

Tabela 2 – População do “Triângulo da Morte” de 1950 até 2020

Distritos	Período							
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2020
Capão Redondo	5.153	14.536	57.259	128.194	193.497	240.793	268.481	296.378
Jardim Ângela	4.325	12.199	48.052	107.580	178.373	245.805	294.979	338.265
Jardim São Luís	6.578	18.555	73.089	163.634	204.284	239.161	267.617	293.660

Fonte: Prefeitura de São Paulo e Fundação SEADE

Esses dados cooperam muito bem para a análise dos novos trabalhadores urbanos, realizada por Emir Sader (1988). Em seu trabalho, o pesquisador analisa os movimentos sociais dos moradores das periferias da Grande São Paulo entre 1970 e 1980. Essas lutas surgem em razão do expressivo crescimento populacional associado à falta de políticas públicas capazes de assegurar uma infraestrutura suficiente para seus moradores. Sendo

² <http://dados.prefeitura.sp.gov.br/group/demografia>; <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#>

sua base a busca pela superação da precariedade, internamente, realizando oficinas para os moradores, ensinando profissões, práticas de higiene, lazer, sociabilidade e política, ou seja, práticas que trabalhavam a cidadania (Ibidem, p.203); e, externamente, disputavam a legalização de terrenos e casas com atores privados e públicos (HOLSTON, 2013, p.244). Se manifestavam, igualmente, pelo direito a transporte público, educação, saúde e direitos trabalhistas de qualidade. Além disso, no que interessa nesse trabalho, os moradores da periferia passaram a levar para dentro de seus movimentos sociais, ou a criar novos movimentos, os problemas relacionados à violência urbana (SILVA, 2012). E, para definir um termo tão genérico quanto violência urbana, o defino aqui, objetivando deixar a nossa discussão mais assertiva, como a soma de crimes tipificados por leis que, ocorrendo nos centros urbanos, não fazem parte do ideal de vida nesse espaço. Esse que pode ser entendido como uma sociabilidade (SIMMEL, 2006, p.64) de caráter altamente interdependente entre vínculos familiares, de vizinhança, profissional e governamental, na qual pesa também para a vida a necessidade de bens e serviços públicos e privados. Reinando a atitude blasé para os últimos e a possibilidade de navegar entre diferentes regiões morais (ANTUNES, 2014).

A violência urbana começou a crescer na capital paulista em meados da década de 1970 (PAULICEIA AMEDRONTADA, 1979). Quinze anos depois, 1985, já era um dos grandes problemas enfrentados pela população do Capão Redondo, Jardim Ângela e do Jardim São Luís (MANSO, 2012, p.274). E, conforme apresentado na introdução deste trabalho, os três distritos compartilhavam o primeiro lugar no ranking das taxas de homicídios na cidade de São Paulo.

A faixa etária que concentrava o maior número de homicídios obedece aos padrões da cidade até hoje. Sendo ela composta pela população entre 15 e 34 anos, conforme indica o PRO-AIM (Sistema de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo). Na altura de 1996, observando o mesmo banco de dados, enquanto o município em sua totalidade detinha a taxa de 96,1 de homicídios de jovens para 100 mil habitantes, no interior do “Triângulo da Morte” ela era de 140,06, ou seja, mais de 46% maior. Nos anos posteriores, as taxas foram, respectivamente, 96,8, 103, 115,8 e 123,

contra, 155,73, 152,92, 175,01 e 166,85, em 1997, 1998, 1999 e 2000. É possível dizer, assim, que: percentualmente as taxas locais em comparação com as municipais foram, consecutivamente, maiores em 60%, 51%, 51% e 35% (PINTO, 2018, p.35).

Em 2003 a taxa era de 176,8 em contraposição aos 105 homicídios juvenis por 100 mil habitantes na cidade, ou seja, a região possuía 68% mais mortes de jovens do que a cidade toda. Os assassinatos nos distritos do “Triângulo da Morte” não eram distribuídos igualmente entre eles, o infeliz destaque das estatísticas ficava com o Jardim Ângela, seguido pelo Jardim São Luís e o Capão Redondo. Nos doze anos seguintes, desde 2004 até 2016, ocorreu uma acentuada regressão dos números de homicídios na cidade como um todo e, inclusive, no conjunto da tríade de divisões administrativas. Em números absolutos de mortes por agressão, todavia, em referência a capital, o “Triângulo da Morte” segue sendo uma das regiões mais violentas, registrando, ainda, mais de 10% dos homicídios por ano. São Paulo teve, em 2016, segundo os dados da Fundação SEADE, 1.088 óbitos por agressão, e desses ocorrem: 42 no Capão Redondo, 50 no Jardim Ângela e 42 no Jardim São Luís. Os números dos homicídios de jovens dentro dos distritos foram: 13, 33 e 42, isto é, em porcentagem eles corresponderam a 33%, 66% e 100%, ou seja, não houve nenhum assassinato no Jardim São Luís fora da população de 15 a 24 anos (PINTO, 2018, p.35)

Entretanto, a maneira como os homicídios se davam possuem múltiplos motivos. Isso porque a estrutura relacional do mundo do crime era composta por atores ligados por diferentes objetivos e motivos para pertencer à margem da lei. Existiam os justiceiros, pessoas contratadas para vingar algum morador que foi vítima de assalto, outro problema relevante na região, ou alguma outra desavença entre vizinhos. Entre esses, muitas vezes, simples desavenças levavam a óbitos por agressão. Havia juras de morte direcionadas a criminosos. Criminosos que, solitários, agiam por oportunidade, assaltando os moradores em vias públicas e, quando pertencentes à alguma gangue, entravam nas casas dos populares. O grande número de grupos de bandidos gerava atritos entre eles, geralmente, levando a disputas violentas que terminavam em homicídios. Por fim, os óbitos não eram produzidos apenas pelos criminosos da localidade.

Associados a esses ou por conta própria, policiais militares ajudaram nas muitas chacinas aos fins de semana e se uniam em esquadrões da morte. Acabando por levar a mortes indiscriminadas, isto é, não matavam só os criminosos, mas também cidadãos comuns (SILVA, 1998; MANSO, 2012). E para termos uma ideia de até onde essa situação chegou, em 1996 o “Triângulo da Morte” registrou 1,45 homicídios ao dia e, em seu ápice, ultrapassou a marca de 2 óbitos por agressão a cada vinte e quatro horas, em 2001, regredindo para abaixo de 1 somente em 2005 (PINTO, 2018, p.35).

MOVIMENTOS SOCIAIS E OS SEUS IMPACTOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os movimentos sociais na região começaram, assim como no restante da periferia da cidade, nos idos de 1970. Sendo no final desse período, mais precisamente, durante o governo de Luíza Erundina na prefeitura de São Paulo, 1989 a 1992, quando a relação entre a demanda populacional e as políticas públicas se aproximam, a região ganha um novo hospital, mais escolas, novas construções viárias, o projeto de construção da Linha Lilás de Metrô é aprovada, e legitima-se, pelo menos em seu mandato, a luta por cultura (DUARTE, 2006, p.34-35).

Um dos movimentos sociais mais emblemáticos do período na luta contra a violência se dá em torno do Padre Crowe, pertencente à Paróquia Santos Mártires, localizada no Jardim Ângela, desde 1987 (DIOCESSE DE CAMPO LIMPO, 2021). E uma de suas mais importantes ações é a Caminhada pela Vida e pela Paz. A sua primeira edição aconteceu dia 2 de novembro, dia de finados, e contou quase cinco mil pessoas que partiram da Praça do Jardim Ângela até o Cemitério São Luís, destino dos muitos corpos encontrados nas ruas dos três distritos, em um trajeto de mais de duas horas. Eu mesmo cheguei a participar de uma das edições, junto com a minha turma de sétima série, no ano de 2000, como parte das atividades da gincana da escola na qual estudava, localizada no destino final da caminhada.



Fonte: arquivo pessoal

O sucesso da ação junto aos moradores e a imprensa animou a essa comunidade a criar planos mais perenes. O Fórum em Defesa da Vida pela Superação da Violência é uma rede de movimentos sociais, escolas, igrejas, sociedades e associações, cujo objetivo é a superação da violência por meio de práticas voltadas para os moradores, além de realizar seminários e debates. Os assuntos tratados nesses eventos eram levados como reivindicações. Além disso, foram elaboradas estratégias, como tribunais populares, e construídas parcerias para lidar com as dificuldades que apareciam. Já na décima Caminhada pela Vida e pela Paz, realizada no ano de 2005, o movimento apresentava o saldo positivo de suas ações: influência na queda dos homicídios; mobilização e articulação de mais de cem grupos, entidades e instituições; diálogo permanente com a Polícia Militar, Civil e Guarda Civil Metropolitana; diálogo permanente com as Secretarias Municipais e Estaduais; contribuição na elaboração de leis; influência decisiva na implementação da COMUDA (Conselho Municipal de Álcool e Drogas); influência decisiva na implementação de Projetos e Programas diretos à população; participação ativa na validação do

Estatuto do Desarmamento; influência na criação de outros fóruns (CROWE & FERREIRA, 2006, p.89).

A transformação da relação entre segurança pública e a comunidade do entorno pode ser observada através dos números. Em 1990 apenas 35 policiais eram destinados para cuidar de mais de 200.000 habitantes e, 16 anos depois, o policiamento local contava com 2 bases comunitárias com o objetivo de aproximar os agentes da polícia e a população, criando assim um relacionamento menos conflitivo, 710 agentes, 62 viaturas e 12 motos para a ronda (Ibidem). Houve também a criação do projeto Redescobrimo o Adolescente na Comunidade (RAC), em parceria com a prefeitura e o estado, cuja visada é reabilitar os jovens infratores. Iniciado em 1997, o RAC oferece oficinas de hip-hop e cursos profissionalizantes. E foram estabelecidos Conselhos Tutelares no Jardim São Luís e um Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Ibidem, p.90-91).

18º Caminhada pela Vida e Pela Paz - 2013



Fonte: Marcelo Camargo/ Agência Brasil³

³ <https://fotospublicas.com/moradores-zona-sul-sao-paulo-participam-18a-caminhada-vida-paz/>

Pertencem a rede, igualmente, movimentos sociais, associações, sociedades, institutos, cooperativas e coletivos instalados no Capão Redondo, e majoritariamente as suas práticas são voltadas aos adolescentes e jovens, os grupos mais atingidos pelo problema da violência urbana, como dito anteriormente. É importante ressaltar, o distrito também participa da Caminhada pela Vida e pela Paz que, desde as primeiras edições, possui diferentes pontos de saída com um único destino, o Cemitério São Luís, símbolo da luta contra a violência local. Voltando, essas são atividades culturais, esportivas e profissionalizante, não sendo incomum encontrar comunidades com iniciadas por times de futebol, como a Comunidade da Vila Fundão. Além da ONG Capão Cidadão, A Casa do Zezinho e tantos outros grupos criados por jovens que se estruturam no tempo como entidades sociais, a Cooperifa é um exemplo (SILVA, 2012, p.47).

Nesses casos, a juventude assume a liderança e, usando verbas de editais públicos e patrocínios locais, realizam atividades culturais de hip-hop, poesia e de músicas que falam sobre a vida na periferia. Essas diferentes formas de organizações coletivas locais lutam por políticas públicas destinadas a sanar as deficiências das infraestruturas pública e disputam a participação na confecção e implementação delas. Não somente, também buscam a construção de políticas inexistentes para os problemas que impactam fortemente o cotidiano. E, por fim, se esforçam para obter verbas públicas e privadas essenciais para a manutenção das suas práticas, e sempre que possível obtendo valores cada vez maiores para aumento o poder de alcance delas.

CONCLUSÕES

É importante ressaltar, a diminuição do número dos homicídios registrados nos distritos é fruto de um movimento complexo. Envolveu a transformação do mundo do crime através da emergência do Primeiro Comando da Capital (PCC), entre a segunda metade de 1990 e início de 2000, responsável por dominar presídios e os espaços da cidade, antes disputado por vários grupos, por meio de uma estratégia menos violenta e racional (MANSO, 2012, p.159-264). A Polícia Militar de São Paulo foi reorganizada, resultando na

diminuição da participação dentro do mundo do crime, e atualmente a utilização e câmeras nos uniformes de muitos dos agentes trouxe uma queda brutal nos homicídios de suspeitos em confrontos com a polícia, sendo zero em alguns batalhões (GALVÃO, 2021).

Em uma perspectiva mais abrangente os movimentos sociais, tanto de dentro quanto de fora do território, desenvolveram ações para incentivar o que foi chamado de cultura de paz, isto é, a resolução de conflitos pacificamente. Outrossim, esses movimentos sociais auxiliaram na criação do Estatuto do Desarmamento, aprovado em 2003, responsável por aumentar muito os custos para o porte de armas e incentivar a entrega voluntária das armas de fogo da população (MANSO, 2012, p.37). E, ainda que tudo isso tenha pesado na alteração da grave situação de violência no interior dos três distritos, a seção anterior nos ajuda a entender qual foi o papel dos movimentos sociais locais nesse processo, e a conclusão do trabalho é sobre isso.

Podemos observar que os movimentos sociais da periferia paulista são engendrados por problemas locais considerados importantes. É a própria comunidade que, compartilhando uma determinada avaliação da gravidade do problema no cotidiano, resolve se unir para a elaboração de ações capazes de o atenuar ou resolver. São vários os tipos de organização possíveis, desde as mais tradicionais, como as associações de bairro, até as mais modernas, como os coletivos de jovens vinculados por uma cultura comum.

As ações dessas instituições são internas, através de práticas conduzidas localmente para modificar a sociabilidade da comunidade e a sua relação com a realidade em volta. Igualmente, existem as ações voltadas para o mundo público, dirigida principalmente para o poder público, ente compreendido como o responsável por dinamizar o surgimento, não somente as infraestruturas públicas, mas também as privadas, porque o espaço ordenado atrai e possibilita a criação de empreendimentos na periferia, capazes de melhorar a qualidade de vida dos moradores. Afinal de contas o acesso e a criação dessas organizações são parte da ideia de vida urbana, buscada pelas classes populares desde o começo do processo de modernização da capital paulista no final do século XIX (SILVA, 2017, p.190).

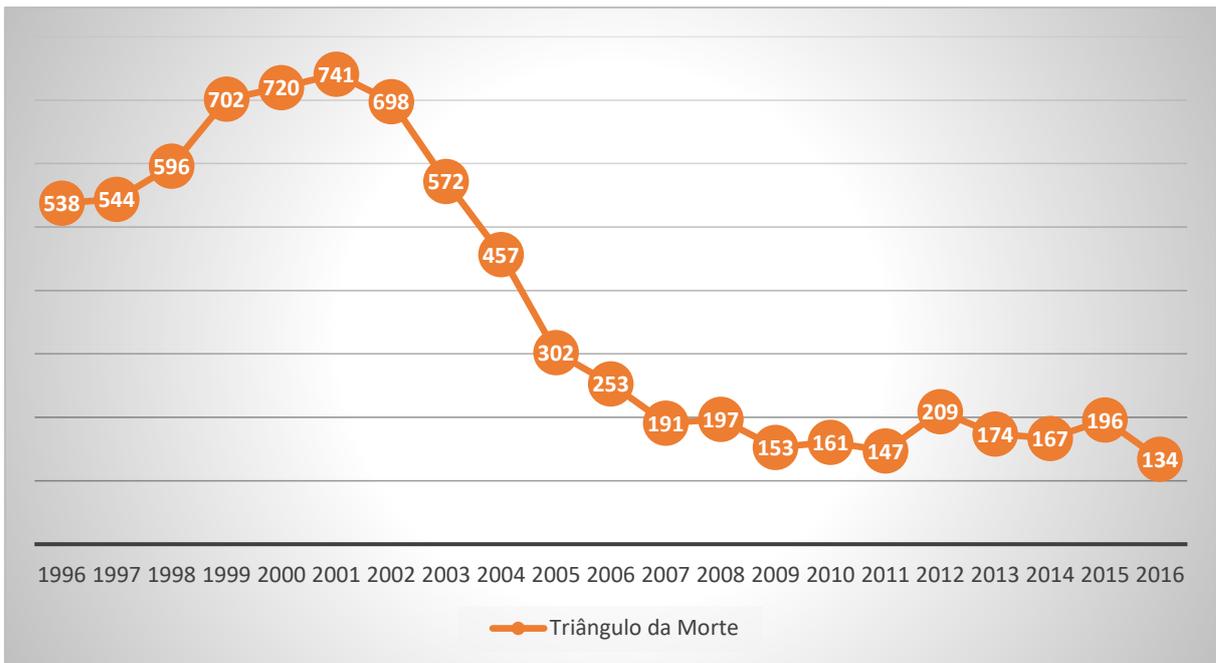
Por um lado, o repertório das ações internas é composto por reuniões, debates, oficinas, práticas esportivas e festas. Por outro, o repertório das ações públicas é composto por caminhadas, passeatas, fóruns que denunciam e explicam as situações vividas pela população, diretamente, aos detentores dos poderes da política administrativa ou, indiretamente, através da imprensa.

Essa última tem uma abrangência maior, pois a transmissão das denúncias chega a toda sociedade. Impactando toda a opinião pública e, conseqüentemente, causando uma pressão mais intensa no poder público aos quais são dirigidas. O que pode levar também ao envolvimento de mais pessoas na busca pela mudança da situação, seja ajudando os movimentos sociais existentes, através de doações, financiamentos ou de auxílio profissional, seja através da elaboração de projetos independentes, como é aconteceu no surgimento da Casa do Zezinho⁴.

Não é possível compreender através do exposto na seção anterior como os movimentos se inseriram no subsistema da segurança pública, entretanto podemos tomar como hipótese que a associação em redes com outros grupos e movimentos mais perto ou mais longe de atores já inseridos nele pode ter contribuídos para isso. Além da proporção da situação, acompanhada pela sociedade através da imprensa e apresentada a todo o mundo pela Organização das Nações Unidas, que obrigou o poder público e os especialistas no assunto a debruçarem-se sobre o tema, levando-o para dentro da agenda do governa. O que, como pudemos observar, fez surtir alguns efeitos positivos na situação, não só localmente, mas em todas as periferias da cidade que, ao longo do tempo, acompanharam os três distritos no movimento de diminuição das mortes por violência, causadas principalmente por armas de fogo.

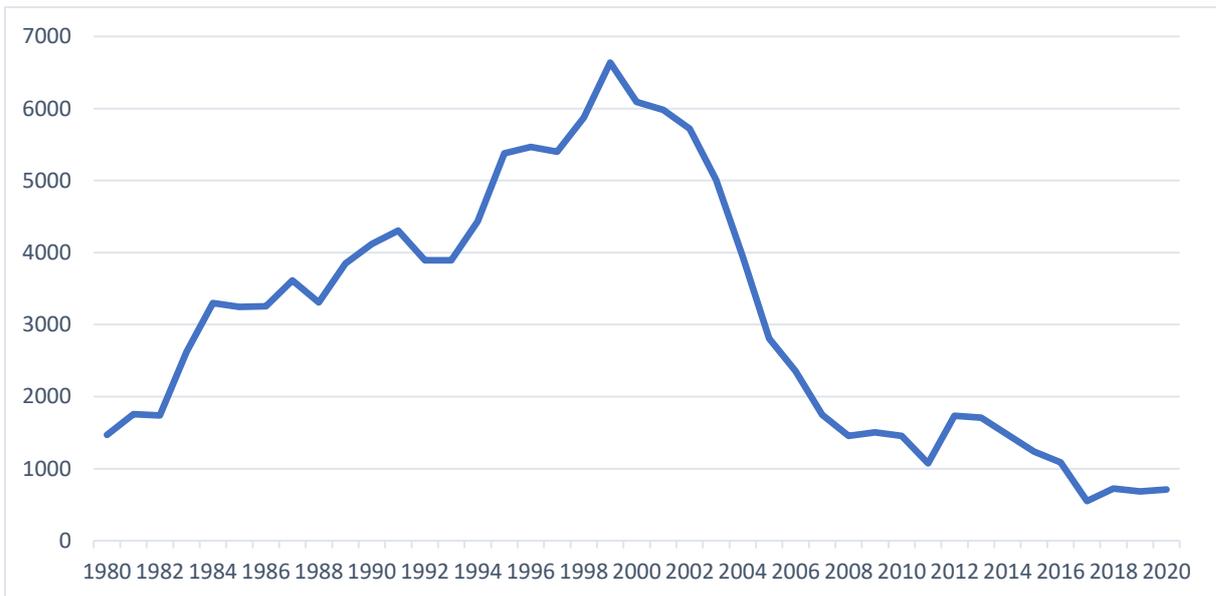
Tabela 3 – Homicídios no Triângulo da Morte 1996-2016

⁴ <https://casadozezinho.org.br/#quem-somos>



Fonte: Fundação SEADE

Tabela 4 – Homicídios no município de São Paulo/SP 1980-2020



Fonte: Fundação SEADE

Entretanto, não é errado afirmar que os movimentos sociais do Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luís se engajaram até entrar e se manter no subsistema. Conseguindo, por meio de disputas com os outros atores nessa estrutura relacional, elaborar e implementar um conjunto de políticas públicas, municipais e estaduais, voltadas para a resolução dos problemas enfrentados

localmente. Encerrando a discussão, é igualmente possível inferir que, tal como pontual Abers, Silva e Tatagiba (2018, p.26-27), os movimentos sociais agem criativamente, a partir de suas realidades, dentro de uma estrutura relacional mesmo quando as possibilidades e os poderes entre os atores estão distribuídos de maneira desigual. E isso não causa estranheza alguma, haja visto as ponderações de McAdam, Tarrow e Tilly (2009, p.21), segundo as quais os movimentos sociais surgem sempre de uma relação de desigualdade entre as comunidades que compõem a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca N, SILVA, Marcelo K, TATAGIBA, Luciana. *Repensando atores e oportunidades políticas*. Lua Nova, São Paulo, 105: 15-46, 2018.

_____. *Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos*. In. PIRES, Roberto, LOTTA, Gabriela, OLIVEIRA, Vanessa L. *Burocracia e política no Brasil: intersecções analíticas*. Brasília: Ipea: Enap, 2018b.

Henrique Fernandes Antunes, *O modo de vida urbano: pensando as metrópoles a partir das obras de Georg Simmel e Louis Wirth, Ponto Urbe* [Online], 15 | 2014, posto online no dia, consultado o 10 dezembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/2565> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/pontourbe.2565>

CROWE, Padre James, FERREIRA, Sérgio Luís. *Jardim Ângela: em defesa da vida*. Divulgação em saúde para o debate, Rio de Janeiro, nº 35, maio de 2006.

DIOCESSE DE CAMPO LIMPO. *Padre Jaime Crowe se despede do Brasil depois de mais de 50 anos de evangelização no Brasil*. Terça, 01 de junho 2021. Disponível em: <https://www.dcl.org.br/noticias/diocese/1268-padre-jaime-crowe-se-despede-do-brasil-depois-de-mais-de-50-anos-de-evangelizacao-no-brasil> visualizado 25/07/2021.

DUARTE, Diego Elias Santana. *O sarau do Binho vive! Identidades alterados e o sarau comoprocesso de identificação periférica*. São Paulo: USP. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, 2015.

FILHO, Maurício Monteiro. *Jardim Ângela: das manchetes policiais para a revolução social*. Carta Capital, Especial para Carta Capital, 24 de janeiro de 2006. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Jardim-angela-das-manchetes-policiais-para-a-revolucao-social/5/9097> visualizado 25/07/2021

GALVÃO, Cesar. *PMS de 18 batalhões que passaram a usar câmeras em uniformes registram letalidade zero em junho no estado de SP*. G1 – São Paulo, 12 de julho de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/12/pms-de-18-batalhoes-que-passaram-a-usar-cameras-em-uniformes-registram-letalidade-zero-em-junho-no-estado-de-sp.ghtml> visualizado em 27/07/2021.

HOLSTON, James. *Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. 1º Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KINGDON, John W. *Como chega a hora de uma ideia?* In. SARAIVA, Henrique, FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas – Coletânea Volume 1*. Brasília: ENAP, 2006.

KINGDON, John W. *Como chega a hora de uma ideia?* In. SARAIVA, Henrique, FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas – Coletânea Volume 1*. Brasília: ENAP, 2006.

HOLSTON, James. *Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. 1º Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MANSO, Bruno Paes. *Crescimento e queda dos homicídios em SP entre 1960 e 2010: uma análise dos mecanismos da escolha do homicida e das carreiras do crime*. USP. Tese de doutorado. 2012.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles Para mapear o confronto político Lua Nova, núm. 76, 2009, pp. 11-48. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea São Paulo, Brasil.

NERY, Marcelo Batista, SOUZA, Altay Alves Lino, ADORNO, Sérgio. Os padrões urbano-demográficos da capital paulista. *Estudos Avançados*. 33 (97), 2019. pp. 07-36.

SADER, Emir. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, José Carlos G.S. *Rap na cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana*, 1998. Campinas: UNICAMP. Tese de doutoramento em Antropologia, 1998.

_____. *Do Hip-Hop ao Sarau da Vila Fundão: jovens, música e poesia na cidade de São Paulo*. Cadernos de Arte e Antropologia, nº 22, 2012.

_____. *Territorialidades negras na cidade de São Paulo: lugares de memórias, sonoridades, tempos e pessoas*. In. SILVA, José Carlos G.S, ARAÚJO, Melvina. *Cultura afro-brasileira: temas fundamentais em ensino, pesquisa e extensão* [recurso eletrônico]. 1º Edição. São Paulo: Alameda, 2017.

SIMMEL, George. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

PAULICEIA AMEDRONTADA. Produção: Celso Hatori. Brasil. Companhias produtoras: RTC/Emplasa; TV Cultura; Metrópolis, 1979. 16mm, COR, 30min, 330m, 24q. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q4BT9AIBx3k&t=1215s> visualizado em 27/07/2021.

PINTO, Felipe de Souza. *Entre sociais, rolês, parties e Bailes: uma etnografia dos entretenimentos juvenis no Capão Redondo*. UNIFESP. Dissertação de Mestrado, 2018.